MOVIMENTAÇÃO
Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados
ISSN Eletrônico: 2358-9205

QUESTÃO NORDESTINA: ESBOÇO DE UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA QUESTÃO MERIDIONAL DE GRAMSCI

Nivalter Aires dos Santos[1]

RESUMO: Este trabalho objetiva propor uma interpretação da questão nordestina no Brasil, a luz da produção intelectual de Antonio Gramsci sobre a questão meridional. Não se pretende dar conta de explicar a complexa dinâmica do capitalismo atual, mas sim entender historicamente a formação de uma questão nordestina. Para isso, usaremos, principalmente, os conceitos de Bloco Histórico, Revolução Passiva, o papel dos Intelectuais, e a importância da aliança Operário-Camponesa para emancipação das classes subalternas. Como resultado observa-se a validade dessa interpretação para entendimento das contradições presentes na região Nordeste, desde a formação do Estado brasileiro, e especialmente no auge no processo de lutas das Ligas Camponesas, criação e atuação da SUDENE entre as décadas de 1950 e 1960, e o abafamento desse processo de lutas com o Golpe de 1964.

Palavras-chave: Questão regional. Questão nordestina. Bloco Histórico. Revolução Passiva.

NORTHEAST QUESTION: INTERPRETACION FROM GRAMSCI'S SOUTHERN QUESTION

ABSTRACT: The objective of this paper to propose an interpretation of the northeast question in Brazil, from the intellectual production of Antonio Gramsci on the southern question. Without pretending to explain the complex dynamics of current capitalism, but rather to understand historically the formation of a northeast question. For this, we will use the concepts of Historical Block, Passive Revolution, the role of the Intellectuals, and the importance of the Workers-Peasants alliance for the emancipation of the subaltern classes. As a result, it is possible to observe the validity of this interpretation for the understanding of the contradictions present in the Northeast region, since the formation of the Brazilian State, and especially at the height of the process of "Ligas Camponesas" struggles, creation of SUDENE between the 1950s and 1960s, and the stoppage of this process of struggles with the 1964 Coup.

[1] Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestre em Ciências Sociais (2017) e Bacharel em Ciências Econômicas (2013) pela Universidade Federal de Campina Grande. Endereço eletrônico: aires.nivalter@gmail.com.

Keywords: Regional Question. Northeast Question. Historical Block. Passive Revolution.

LA CUESTIÓN NORDESTINA: BOSQUEJO DE UNA INTERPRETACIÓN A PARTIR DE LA CUESTIÓN MERIDIONAL DE GRAMSCI

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo proponer una interpretación de la cuestión nordestina en Brasil, a la luz de la producción intelectual de Antonio Gramsci sobre la cuestión meridional. No se pretende explicar la compleja dinámica del capitalismo actual, sino entender históricamente la formación de una cuestión nordestina. Para ello, utilizaremos, principalmente, los conceptos de Bloque Histórico, Revolución Pasiva, el papel de los Intelectuales, y la importancia de la alianza Obrero-Campesina para emancipación de las clases subalternas. Como resultado se observa la validez de esa interpretación para entender las contradicciones presentes en la región Nordeste, desde la formación del Estado brasileño, y especialmente en el auge en el proceso de luchas de las Ligas Campesinas, la creación y la actuación de la SUDENE entre las décadas de 1950 y 1960, y la derrota de ese proceso de luchas con el Golpe de 1964.

Palabras Clave: Cuestión regional. Cuestión nordestina. Bloque Histórico. Revolución Pasiva.

1 Introdução

A questão meridional é um dos temas centrais no pensamento do comunista italiano Antonio Gramsci, na medida em que a partir dela se desdobra uma série de implicações para sua reflexão sobre a Itália, e a possibilidade de uma revolução neste país. Sua construção teórica de maior fôlego está presente nos *Cadernos do Cárcere*, onde ele aprofundou e deu uma nova dimensão a esses estudos que vinha fazendo antes de ser preso.

Esses cadernos só vieram a público no pós II Guerra, através das edições de Palmiro Togliatti que decidiu publicá-los não na ordem em que eles haviam sido redigidos, mas arrumando-os por temas. No Brasil, essas edições temáticas foram traduzidas por intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e publicadas, ao longo da década de 1960, pela editora Civilização Brasileira. No entanto, sua repercussão, nesse primeiro momento, ficou circunscrita aos militantes desse partido, por isso o esforço de aplicação de Gramsci à realidade brasileira começou de fato a partir da década de 1970.

Sobre uma possível leitura de Brasil, a partir de Gramsci, como apontou Otto Maria Carpeaux, em "A Vida de Gramsci"[2], em 1966, e Carlos Nelson Coutinho reforçou na "Nota à edição brasileira" da coletânea de textos de Gramsci que formam o livro "A Questão Meridional": "*Aquilo que na Itália é o Sul é, exatamente, no Brasil, o Nordeste*". Apesar de

[2] O texto foi publicado originalmente na Revista Civilização Brasileira, em 1966. É possível encontrar uma reprodução em <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=125>.

essa comparação ser uma das primeiras coisas que vem à mente numa possível aplicação da formulação teórica de Gramsci para o Brasil, não é abundante o número de trabalhos que analisem a questão nordestina tomando como lição o esforço de Gramsci, suas categorias e conceitos relacionados ao estudo da questão meridional italiana.

Este trabalho, então, objetiva propor um esboço de interpretação da questão nordestina no Brasil, à luz da produção intelectual de Antonio Gramsci sobre a questão meridional, visando, em parte, suprir essa lacuna. Não intencionamos fazer uma simples transposição mecânica do seu constructo teórico metodológico, apenas substituindo a Itália pelo Brasil, ou o *Mezzogiorno* pelo Nordeste, mas de fazer a análise da questão nordestina, inspirada em Gramsci. Para isso usaremos, principalmente, como grandes referências norteadoras do trabalho os conceitos de Bloco Histórico, Revolução Passiva, o papel dos Intelectuais, e a importância da aliança Operário-Camponesa para a emancipação das classes subalternas.

É importante frisar que este artigo não se propõe a dar conta de explicar a complexa dinâmica do capitalismo atual, mas sim entender historicamente a formação de uma questão nordestina, no contexto da formação do Estado nacional brasileiro. Para cumprir tal objetivo dividimos o trabalho em três seções, além desta introdução: Gramsci e a Questão Meridional; A Questão Nordestina no Brasil; e as nossas Considerações Finais.

2 Gramsci e a Questão Meridional

Para o marxista Antonio Gramsci[3] a questão meridional tem grande importância e centralidade no conjunto da sua produção intelectual. Na juventude, já apresentava um profundo sentimento de rebeldia contra os ricos. Marcado pelo orgulho regionalista, ele aderiu a uma campanha antiprotecionista que reunia intelectuais meridionais que defendiam o livre-cambismo e sendo partidário de um pensamento meridionalista, entre 1908 e 1911. Em sua evolução política, a partir de 1914, se colocou ao lado dos grupos mais radicais de operários e estudantes que formaram a fração da esquerda revolucionária em Turim.

Em 1916, dedicou-se a uma intensa atividade jornalística, onde o tema da questão meridional aparece em alguns artigos. Em abril publicou, no jornal *Il Grido del Popolo,* "O Sul e a guerra", onde expõe o argumento que marca sua discussão sobre o tema, as duas partes – Norte e Sul – da Itália encontravam-se em condições de desenvolvimento diferentes, quando

[3] Antonio Gramsci (1891-1937) nasceu na Sardenha – ilha do mar Mediterrâneo ocidental da Itália. Sua militância e produção intelectual foram marcadas pela suas condições de vida, tendo em vista os problemas enfrentados pelo *Mezzogiorno* (Sul da Itália, juntamente com as ilhas). As informações biográficas usadas ao longo do artigo foram retiradas, principalmente, da seção "Cronologia da Vida de Antonio Gramsci" presente no Volume 1 dos Cadernos do Cárcere (GRAMSCI, 2015a).

da unificação. Dessa forma a unificação serviu para intensificar a situação de pobreza e debilidade econômica do *Mezzogiorno*, o resultado "foi a emigração de todo o dinheiro líquido do Sul para o Norte, com o fim de encontrar rendimentos maiores e mais imediatos na indústria" (GRAMSCI, 1987d, p. 62).

Outro elemento, o protecionismo, especialmente do trigo, ao contrário do que era propagado, servia fundamentalmente para manter a exploração e não assegurar aos pobres camponeses, que só dispunham de terras improdutivas, uma "renda justa". É o que apresenta Gramsci (1987c) em "Clérigos e Agrários", publicado no *Avanti!* em julho do mesmo ano. Esse protecionismo favorecia os grandes produtores do Vale Padano, que dispunham de férteis e irrigadas terras, na Itália Setentrional.

Após crescente divergência de estratégia política com Partido Socialista Italiano (PSI), o qual Gramsci foi ativo militante por anos, os delegados da fração comunista decidem constituir o Partido Comunista da Itália (PCI) em 1921, seção italiana da III Internacional Comunista, com Gramsci fazendo parte do comitê central do novo partido. O recém criado PCI coloca a questão meridional em destaque para a construção de sua estratégia revolucionária.

Gramsci foi ativo pensador e contribuiu com diversos jornais ao longo de sua militância, destacam-se principalmente *L'Ordine Nuovo* e *L'Unità*. Os textos pré-carcerários ao longo dos anos deram o tom da sua preocupação com a questão meridional.

Sobre o jornal *L'Unità* quando Gramsci lançou a ideia de sua criação, através de uma carta ao Comitê Executivo do PCI, em setembro de 1923, propunha "dar importância especial à questão meridional, ou seja, à questão na qual o problema das relações entre operários e camponeses se põe não apenas como um problema de relação de classe, mas também e especialmente como um problema territorial" (GRAMSCI, 1987b, p. 84-85). Deve-se notar que a dimensão territorial ganha um importante significado na análise de Gramsci, incluindo além da dimensão do problema de classe, a questão cultural.

A formulação mais avançada do estudo da questão meridional, antes da sua prisão pelos fascistas, está em "Alguns temas da questão meridional", inconcluso quando da sua prisão em novembro de 1926, texto ao qual vamos nos referir bastante. Aqui ele esboça elementos que se tornaram fundamentais na sua produção intelectual enquanto esteve preso, como Bloco Histórico, Hegemonia o papel dos Intelectuais, e a importância da aliança operário-camponesa.

Contra a suposta "fórmula mágica" da divisão do latifúndio de que foram acusados os comunistas de Turim[4], Gramsci reforça a importância da aliança política entre os operários do Norte e os camponeses do Sul, com vistas a derrubar a burguesia do poder de Estado. Além disso, Gramsci reconhece o "mérito" indiscutível dos comunistas de colocar "a questão meridional sob a atenção da vanguarda operária, apresentando-a como um dos problemas essenciais da política nacional do proletariado revolucionário" (GRAMSCI, 1987a, p. 138).

Muitos dos elementos presentes em "Alguns Temas..." voltam a aparecer nos "Cadernos do Cárcere", chamamos atenção, particularmente, do caderno 19, § 24[5], que trata do desenvolvimento do Estado moderno na Itália, a questão meridional aparece com destacada relevância, Gramsci aponta que:

> A "miséria" do *Mezzogiorno* era "inexplicável" historicamente para as massas populares do Norte; elas não compreendiam que a unidade não ocorrera numa base de igualdade, mas como hegemonia do Norte sobre o *Mezzogiorno* numa versão territorial da relação campo-cidade, isto é, que o Norte concretamente era um "sanguessuga" que se enriquecera à custa do Sul e que seu desenvolvimento econômico-industrial estava em relação direta com o empobrecimento da economia e da agricultura meridional (GRAMSCI, 2015b, p. 73).

O não entendimento disso produzia no Norte a crença de que o *Mezzogiorno* era um "peso morto" para o conjunto da Itália, pensamento que se reproduzia no seio da classe operária contra o campesinato.

Não bastasse a unificação não ter se dado com base de igualdade durante a unificação italiana ao longo do século XIX. No início do século XX, diante da impossibilidade de a burguesia manter sua "ditadura exclusiva, violenta e direta" ela inaugurou uma nova política de aliança de classes, formando um bloco político de classe – a democracia burguesa. Nesse cenário ela tinha duas possibilidades:

> Tinha que escolher: ou uma democracia rural, quer dizer, uma aliança com os camponeses meridionais, uma política de liberdade alfandegária, de sufragismo universal, de descentralização administrativa e de baixos preços nos produtos industrializados; ou um bloco industrial capitalista-operário, sem sufrágio universal, a favor do protecionismo alfandegário, da manutenção da centralização estatal (expressão do domínio burguês sobre os camponeses, especialmente os do Sul e das ilhas), de uma política reformista em relação aos salários e à liberdade sindical. Escolheu, não por acaso, a segunda solução (GRAMSCI, 1987a, p. 147-148).

[4] Essa polêmica foi contra a acusação foi feita na revista *Quarto Stato* de orientação socialista dirigida por Carlo Rosselli, publicada em Milão entre março e outubro de 1926.

[5] Tomando como referências as edições mais recentes da Civilização Brasileira dos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci, o caderno 19 encontra-se no Volume 5, e o § 24 está localizado entre as páginas 62 e 86 (GRAMSCI, 2015b).

Diante do bloco que se formou os camponeses ficaram em pior condição, em parte porque eram incapazes de se expressar de forma organizada e duradoura, mesmo que vivessem em constante "efervescência". Eles, além de ter que suportar a exploração ferrenha das classes dominantes do *Mezzogiorno*, eram apontados como responsáveis pela sua própria miséria e o atraso em que viviam (ALIAGA, 2015a).

Nesse cenário, os grandes proprietários estavam conformados com o bloco apoiando os industriais do Norte, o operariado ficou em posição relativamente melhor do que o campesinato. Eles também compartilhavam da visão que o Sul era a "bola de chumbo" que impedia o progresso italiano, povoado, inclusive, por seres biologicamente inferiores, etc. Os meridionais por sua vez alimentavam a visão que os operários eram abastados, dificultando a aliança entre as classes, e a possibilidade de enxergar o capitalismo como inimigo comum.

A questão meridional não se trata de um problema que tem origem nas barreiras nacionais, ela está intimamente ligada com o desenvolvimento do capitalismo internacional europeu. A questão meridional, para Gramsci, não se refere somente ao *Meridione*, mas sim a toda a Itália e o seu Estado, tem relação íntima com o processo de constituição do Estado unitário.

A Itália, bem como outros países, não teve seu Estado formado através de uma revolução do tipo jacobino-francesa, o que aconteceu foram sucessivas ondas de modernização sem uma explosão revolucionária, sem mudanças radicais sociais ou políticas (ALIAGA, 2015a). A esse processo Gramsci chamou, nos Cadernos do Cárcere, de Revolução Passiva.

No Caderno 10, § 61[6], se referindo à formação dos Estados europeus que aconteceram pós Revolução Francesa, com pequenas ondas reformistas e sem explosões revolucionárias, Gramsci aponta que as burguesias chegaram ao poder sem rupturas clamorosas, as velhas classes simplesmente foram rebaixadas da condição de "dominante" para a posição de "governadas", sem serem completamente eliminadas.

No caderno 19, § 24, já mencionado, Gramsci avança na análise do *Risorgimento* Italiano, apresentando o conceito de Revolução Passiva. O *Risorgimento*, aponta ele, aconteceu através de uma "revolução sem revolução", ou seja, uma "revolução passiva", os grandes proprietários meridionais aceitaram a hegemonia da burguesia do Norte, mantendo inalterada a estrutura fundiária e o domínio político sobre a região (GRAMSCI, 2015b).

[6] O caderno 10 encontra-se no Volume 1, o § 61 entre as páginas 425 e 430 (GRAMSCI, 2015a).

Neste mesmo caderno, § 45[7], fica clara a diferença do caráter de uma Revolução, como foi a francesa, para uma Revolução Passiva, como foi a italiana: "Na França, porém, a Revolução teve a forma motriz também nas classes populares, que a impediram de se deter nas primeiras etapas, o que, ao contrário, faltou na Itália Meridional e depois em todo o Risorgimento" (GRAMSCI, 2015b, p. 117).

Com isso fica bastante claro o principal elemento que diferencia uma "Revolução" de uma "Revolução sem Revolução" é a participação ativa das classes populares. Na Itália, aponta Gramsci no caderno 25, § 5[8], a burguesia não soube unificar em torno de si o povo, tal egoísmo e estreiteza impediu uma revolução rápida e vigorosa como a francesa (GRAMSCI, 2015b).

É preciso, diante dessa caracterização de Gramsci para a formação dos Estados nacionais sem processos revolucionários de ruptura, reafirmar o caráter específico que as transformações capitalistas assumem em cada realidade nacional, e a partir disso estabelecer um nexo entre o conceito de "revolução passiva" e a formação do capitalismo na periferia (ALIAGA, 2015b), como faremos na seção seguinte analisando o caso nordestino no Brasil.

Voltando ao caderno 10, § 61, Gramsci aponta que nem todos os países têm as mesmas condições de fazer uma explosão revolucionária vitoriosa, como aconteceu na França. A Itália tinha os mesmos problemas que na França do antigo regime, mas as forças sociais para realizar tal mudança eram escassas e os problemas se mantinham no nível da "pequena política". Nesse caso o impulso para o "progresso" que não é exclusivamente de ordem econômica local, na ausência de uma ruptura revolucionária, está relacionado com o "desenvolvimento internacional que envia para a periferia suas correntes ideológicas, nascidas com base no desenvolvimento produtivo dos países mais evoluídos — o grupo portador das novas ideias não é o grupo econômico, mas a camada dos intelectuais" (GRAMSCI, 2015a, p. 428).

Entendendo dessa forma, os intelectuais têm bastante importância pela sua capacidade de manter unida todas essas classes – as diferentes frações burguesas e as antigas classes dominantes – e realizar as reformas burguesas a partir do alto, com diversos arranjos e conciliações, garantindo a exclusão das massas populares desse processo.

Diante disso, a questão meridional, para Gramsci, está associada à formação do Estado italiano e ao desenvolvimento desigual do capitalismo nos diferentes territórios, onde as

[7] O caderno 19 encontra-se no Volume 5, o § 45 entre as páginas 116 e 117 (GRAMSCI, 2015b).

[8] O caderno 25 encontra-se no Volume 5, o § 5 entre as páginas 139 e 141 (GRAMSCI, 2015b).

diferentes frações burguesas e as antigas classes dominantes formaram um bloco histórico, sob a hegemonia burguesa.

Os intelectuais, sempre ligados a alguma classe, atuam no sentido de fortalecer os laços entre estrutura e superestrutura, fortalecendo, assim, a hegemonia ou buscando uma recomposição da mesma em favor de outras classes ou frações de classe. A solução, por fim, para superação dos problemas regionais passa por uma revolução e união das classes subalternas, sob o comando do proletariado, e não por reformas no Estado.

No que diz respeito ao papel dos intelectuais, em "Alguns temas..." Gramsci fornece um esboço do que viria a aparecer nos Cadernos, apontado que o intelectual meridional faz a ligação entre o camponês e o grande proprietário, com o objetivo principal de conservar o *status quo.* Três estratos sociais formavam o bloco agrário na sociedade meridional, de acordo com Gramsci: a grande massa camponesa (amorfa e desagregada), os intelectuais e a pequena e média burguesia rural, e os grandes proprietários de terra juntamente com os grandes intelectuais (GRAMSCI, 1987a).

Esse estrato intermediário – os intelectuais – era quem fazia a ligação entre o camponês meridional e o grande proprietário. Nesse sentido "sobre o bloco agrário funciona, no Sul, um bloco intelectual que praticamente serviu até agora para impedir que as rachaduras do bloco agrário se tornassem muito perigosas e provocassem um desmoronamento" (GRAMSCI, 1987a, p. 160). Garantindo a conservação da ordem burguesa.

No Caderno 12 que reúne alguns "apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais", mais precisamente no parágrafo primeiro[9] Gramsci avança na análise dos Intelectuais, apontando que existem de duas formas: Orgânicos e Tradicionais.

Os intelectuais do primeiro tipo – orgânicos – são criação dos grupos sociais nascentes que desempenham uma função essencial no mundo da produção econômica, essa camada de intelectuais (uma ou mais) garante homogeneidade e consciências de sua função no campo econômico, social e político.

Os de segundo tipo – tradicionais – representam os grupos sociais historicamente ligados à estrutura econômica anterior, ou seja, são camadas de intelectuais preexistentes, representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.

[9] O caderno 12 encontra-se no Volume 2, o § 1 entre as páginas 15 e 42 (GRAMSCI, 2001).

A massa camponesa, por sua vez, mesmo desempenhando um papel essencial na produção "não elabora seus próprios intelectuais 'orgânicos' e não 'assimila' nenhuma camada de intelectuais 'tradicionais'" (GRAMSCI, 2001, p. 16), mesmo que em grande medida os intelectuais tradicionais tenham uma origem camponesa.

Diante disso merece reforço, mais uma vez, a importância que Gramsci dá a aliança operário-camponesa. Mesmo que o proletariado não seja tão rico de elementos organizativos, e não tenha o poder de formar um estrato de intelectuais tão rapidamente, e não sem um processo árduo, como lembra Gramsci (1987a) em "Alguns Temas...", a aliança é essencial para libertação conjunta das classes subalternas, pois:

> O proletariado destruirá o bloco agrário meridional na medida em que conseguir, através de seu partido, organizar de forma independente massas cada vez mais numerosa de camponeses pobres; mas terá êxito maior ou menor nessa sua tarefa obrigatória conforme for capaz de desagregar o bloco intelectual que é a armadura flexível, mas enormemente resistente, no bloco agrário (GRAMSCI, 1987a, p. 185).

Gramsci, bem como os comunistas de Turim, tiveram o mérito de colocar a questão meridional sob atenção da vanguarda operária, saia, assim, o "conflito 'Região x Região', entrava, portanto, o conflito operários-camponeses x industriais-latifundiários-intelectuais de classe média" (PEREIRA, 2009, p. 50).

A proposta revolucionária de Gramsci está associada uma "hegemonia do proletariado", mas essa classe deveria se tornar dirigente através de uma aliança de classes que permitisse se mobilizar contra o capitalismo. Caberia ao operariado, rejeitar bloco industrial capitalista-operário, em favor de uma aliança operário-camponesa, fórmula que Gramsci vinha defendendo há anos, e que avança ainda mais na formulação: classes subalternas, e grupos sociais subalternos.

Para entendimento da discussão de subalternidade é importante ter claro que Gramsci subverteu o pensamento meridionalista que existia, incluindo um potencial revolucionário na questão, vendo no campesinato meridional uma força propulsora de mudança indispensável. Dessa forma, o meridionalismo de Gramsci facilitou enormemente o entendimento e tradução da fórmula leninista de "frente única" proposta pela III Internacional, e a palavra de ordem "governo operário camponês" (DEL ROIO, 2007). Inclusive, na carta de sugestão de criação do jornal *L'Unità*, de 1923, propõe que a palavra de ordem "governo operário e camponês" seja adaptada na Itália para "República federativa dos operários e camponeses", como forma de combate ao fascismo (GRAMSCI, 1987b).

Apesar desse grande potencial do campesinato meridional, ele era desagregado e não cria uma camada própria de intelectuais, como vimos. Dessa forma a luta contra o capitalismo demandaria a união entre operários e camponeses e também a "sedução" de parte do bloco intelectual meridional.

Para avançar nessa análise, então, era fundamental conhecer profundamente a Itália, sua cultura popular, em suma, seu folclore/senso comum e entender como se articula com a concepção dos intelectuais, para por fim poder transformá-los. Daí surge à atenção ao "espírito popular criativo", que se poderia remeter a ideia de recusa e rebeldia espontânea na vida social das massas. Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci não menciona "espírito popular criativo", passou a utilizar "classes subalternas" e "grupos subalternos" numa possível expansão do mesmo campo analítico, dando cada vez mais atenção à desagregação social desses grupos (DEL ROIO, 2007).

Sobre a história dos grupos sociais subalternos, no Caderno 25, § 2[10], Gramsci destaca que a história desses grupos é, necessariamente, desagregada e episódica, e que apesar de tenderem à unificação sofrem interferência constante dos grupos dominantes. No § 5 deste mesmo caderno, é apresentado que as classes subalternas, por definição, não são unificadas e não poderão unificar-se até tornar-se Estado (GRAMSCI, 2015b), ou seja, a emancipação do subalterno está relacionada com a destruição da ordem capitalista.

Gramsci aprofundou e desenvolveu aquela fórmula na qual vinha trabalhando da frente única e da aliança operário-camponesa, apontando que somente uma grande coalizão do conjunto das classes subalternas poderia se constituir em força antagônica e alternativa ao capitalismo. O que não significa a retirada de centralidade do proletariado na construção de uma nova hegemonia, mas sim que essa classe deve tomar o papel de dirigente do processo que deve emancipar toda a humanidade, "caberia então à classe operária, uma classe subalterna particular, agrupar o conjunto das classes subalternas para a luta contra o capitalismo e por uma nova ordem social" (DEL ROIO, 2007, p. 72).

Para realização dessa tarefa seria essencial a formação de uma camada de intelectuais orgânicos capazes de conhecer e motivados a transformar as culturas fragmentárias – folclore, religião, e senso comum – com vistas de produzir uma nova cultura, uma nova hegemonia e, por fim, um novo bloco histórico. O anunciador e organizador dessa reforma intelectual e moral é o Príncipe moderno, que na atualização que Gramsci faz de Maquiavel é o partido político (GRAMSCI, 2016).

[10] O caderno 25 encontra-se no Volume 5, o § 2 entre as páginas 135 e 136 (GRAMSCI, 2015b).

Tendo visto, em linhas gerais, os elementos que permitem compreender a análise que Gramsci faz da questão meridional italiana, podemos avançar no esboço de interpretação da questão nordestina no Brasil.

3 A Questão Nordestina no Brasil

Para compreensão da questão nordestina do Brasil, os elementos desenvolvidos por Antonio Gramsci ao analisar a questão meridional italiana são de grande utilidade, dentro dos limites das diferenças entre as formações econômico sociais italiana e brasileira. De modo comparativo se pode dizer que o Nordeste está para o Brasil, assim como o *Mezzogiorno* está para a Itália. Não se trata aqui de fazer uma transposição mecânica do constructo teórico metodológico de Gramsci, mas de fazer a análise da questão nordestina, inspirado nos elementos apontados na seção anterior.

Para essa análise é importante debruçar-se sobre um conjunto amplo de pensadores brasileiros que disponham de elementos que nos ajudem no entendimento da formação do Estado brasileiro e da questão nordestina. Bem como fez Gramsci, em relação aos diversos intelectuais italianos e meridionais, para compreender a realidade em que estava inserido.

Sobre a formação econômico social brasileira e o longo do processo de colonização, observa-se que diferentes espaços regionais foram produzidos intimamente ligados ao comércio internacional. Esses diferente espaços passaram por diferentes formas de exploração, em virtude de fatores diversos como localização, tipo de solo, clima e abundância ou não de água, e etc.

Considerando a forma que se deu a colonização no Brasil, ao modo de colônia de exploração, fica claro o "sentido da colonização", nos termos de Caio Prado Jr.[11], atender o mercado externo e criar condições mínimas no mercado interno para de manter a "máquina" funcionando. Essa é a estrutura colonial que se desenvolveu de maneira desigual em termos internacionais, visto que o país se inseriu no comércio internacional dessa forma subjugada; dentro do espaço nacional o desenvolvimento também aconteceu de maneira desigual nos mais diferentes espaços regionais (como é concebida hoje a divisão regional do Brasil); e mesmo dentro desses espaços o desenvolvimento se deu de maneira diferenciada, permitindo a criação de formas diversas de exploração nos diferentes espaços regionais.

[11] Caio Prado Jr. não demonstrou interesse particular na produção intelectual de Antônio Gramsci, como aponta Bernardo Ricupero (2016), apesar disso o uso que fizeram do marxismo com intenção de interpretar suas formações econômico-sociais particulares, aproxima-os em alguma medida.

O ponto marcante para o aprofundamento da questão meridional na Itália foi o *Risorgimento* e o processo de unificação Italiana através de uma revolução passiva. Essa análise que Gramsci fez da formação dos Estados europeus pós Revolução francesa, pode servir de indicação para entender a formação dos Estados na periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil.

Para avançar em estudo nesse sentido da realidade brasileira é indispensável partir de Florestan Fernandes[12] (1975c), que entende que o Brasil passou por dois ciclos revolucionários: o primeiro, no contexto histórico da emancipação política e do desenvolvimento de um Estado nacional independente; e o segundo, no contexto da desagregação da ordem senhorial escravista e na expansão da ordem social competitiva.

É importante relativizar essa ideia de "ciclos revolucionários", visto que a forma como aconteceram, e da própria forma como apresenta Florestan Fernandes, constituem-se de revolução sem revolução, ou seja, foram feitas através de arranjos entre as classes dominantes, dentro da ordem e pelo alto.

Interessa-nos, particularmente, o segundo ciclo que tem relação com a expansão interna do capitalismo comercial e financeiro, que aconteceu através da simbiose da produção agrária exportadora e os negócios de importação e exportação, tudo isso fortalecido pela política de um Estado nacional, e também pela criação de um mercado interno (FERNANDES, 1975c).

Como já fez Gramsci antes dele, Florestan apresentou a incapacidade de as burguesias dos países periféricos, como a Itália e o Brasil, por exemplo, levarem a cabo uma verdadeira revolução burguesa, ficando restritas nas primeiras etapas, devido ao não envolvimento das camadas populares no processo, não produzirem uma revolução democrática nacional do tipo jacobina. Por isso acabam fazendo com que se misturem tempos históricos distintos em uma mesma situação concreta.

No ensaio – O que é Revolução, de 1981 – Florestan Fernandes (2012) apresenta que

> Uma sociedade capitalista que não realiza nenhum tipo de reforma agrária e na qual a revolução urbana se confunde com inchação, ou com a metropolização segmentada, terá de estar em débito com a revolução demográfica, com a revolução nacional e com a revolução democrática. Essas transformações são concomitantes e se regulam pelo grau de diferenciação interna do sistema de produção propriamente dito. Pode-se dizer o que se quiser a respeito de tais sociedades capitalistas: 'Nações proletárias' ou 'Nações lumpemburguesas' - a verdade é que elas possuem um

[12] Em "A Revolução Burguesa no Brasil", cuja primeira edição é de 1974, Florestan inclui entre suas referências "*Il Resurgimiento*", umas das edições temáticas, em italiano, editada por Togliatti. O que aponta que em algum momento manteve contato com a obra de Gramsci, mas sem muitas menções.

> enorme espaço interno para as *revoluções dentro da ordem* (FERNANDES, 2012, p. 48).

No século XX, as revoluções burguesas já tinham passado, o que restou aos países capitalistas da periferia foi uma falsa repetição da história. As "revoluções dentro da ordem" foram alimentadas pela energia dos países capitalistas centrais (FERNANDES, 2012). Diante dessa perspectiva, entende-se que a formação do Estado brasileiro aconteceu sem uma revolução de fato, mas com uma revolução passiva, uma revolução "dentro da ordem", marcada por sua relação de dependência com os países centrais.

Como apresentamos, a questão meridional não está relacionada exclusivamente ao *Meridione*, mas sim com toda a Itália e ao seu Estado, e a expansão do capitalismo na Europa. Dentro dessa mesma perspectiva entendemos a questão nordestina no Brasil, não está unicamente relacionada com os problemas da própria região, mas se agravaram devido ao processo mais amplo da própria formação do Estado brasileiro.

Para avançar no entendimento da questão nordestina, é importante entender o capitalismo agrário no Brasil, e as mudanças sociais fruto desse processo de formação do Estado brasileiro. Florestan Fernandes (1975b) destaca que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, nesse momento e por muito tempo ao longo do século XX, estava em um estágio de satelização permanente e de espoliação sistemática da economia agrária.

Por paradoxal que pareça, são motivações econômicas de natureza puramente capitalistas que criaram fortes obstáculos à expansão do capitalismo no campo. Florestan aponta que a:

> dependência dentro da dependência dá origem a uma estratificação social típica do meio imediato da economia agrária, da qual as maiores vítimas são as despossuídas e os agentes da força de trabalho que vivem dentro da fronteira do capitalismo, mas fora da sua rede de compensação e de garantias sociais (FERNANDES, 1975b, p. 194).

A reprodução dessas estratificações representa um grave problema, no dizer de Florestan, e se expressam com mais força em algumas regiões, particularmente no Nordeste. Nesse sentido o contingente populacional ligado à economia agrária, se veem por fora da ordem social competitiva, ou participando apenas de maneira superficial.

A chamada "Revolução de 30" – a insurreição promovida pela Aliança Liberal – é marcantes no âmbito deste "segundo ciclo revolucionário", particularmente para o estudo da questão nordestina, visto que as regiões brasileiras que se constituíram historicamente ligadas ao comércio internacional de mercadorias, por isso eram isoladas produtivamente, passaram a se integrar comercialmente, num primeiro momento, e depois produtivamente.

A crise capitalista mundial de 1929, juntamente com a "Revolução de 1930", constituiu um marco na transformação econômica, social e política no Brasil. Para saída da crise, o Estado brasileiro optou por um processo de industrialização através do modelo "por substituição de importações", que aconteceu fortemente concentrada no Centro-sul. No que diz respeito ao Nordeste, devido à escassez de demanda internacional gerada pela grave crise econômica, a região passou a buscar mercado para seus produtos agrícolas nas outras regiões do Brasil, possibilitando uma maior integração entre os mercados regionais.

No que se refere à crise, houve um drástico corte nas importações, entre 1930 e 1931, juntamente com a pesada desvalorização cambial que impediu um aprofundamento da crise no setor industrial, gerando demanda interna para esse setor. Após essa crise aconteceu a consolidação da posição hegemônica do capital produtivo industrial nacional (GUIMARÃES NETO, 1989). Entre 1929 e 1933 foi alterado o caráter do padrão de acumulação, de primário exportador para industrial. A dinâmica que as exportações exerciam sobre a determinação no nível e do ritmo da atividade econômica do país passam para segundo plano (CANO, 2007).

O processo de recuperação da crise trouxe consigo a integração do mercado nacional, com o Estado atuado sob os interesses do Centro, ou seja, das classes dominantes do Centro, principalmente a fração industrial, com perda de poder relativo das oligarquias regionais. Nesse sentido a burguesia industrial assumiu a hegemonia econômica e política do país, formando o que poderíamos chamar de "Bloco Desenvolvimentista", num esforço de hegemonizar os grandes proprietários nordestinos, e a fração da burguesia mercantil que viviam em constante batalha pela manutenção do *status quo*.

Alguns intelectuais conseguiram vencer a barreira do imobilismo tradicionalista, podendo se incorporar às fileiras dos que defendiam as ideias de um "avanço necessário, valioso e desejável" da "revolução burguesa" no Brasil (FERNANDES, 1975a). Outros, porém, como o emblemático Gilberto Freyre, que foi um grande intelectual tradicional da Casa Grande, ficou na contramão desse processo de modernização capitalista. Em sua defesa política e cultural da região, através do movimento regionalista, defendia os interesses dos latifundiários, especialmente da Zona da Mata, ligados à cana-de-açúcar.

O movimento regionalista, que tinha nele a principal referência, é um contra movimento, que incorporou de forma moderada alguns elementos do modernismo por um lado, e se apegou às tradições regionais, por outro (ANDRADE, 2013). A leitura que se pode fazer dessas ideias é que se trata de uma perspectiva elaborada por um intelectual tradicional ligado à aristocracia açucareira, que em sua escrita e análise deixa claro seus temores sobre as

transformações na ordem social, e assim busca, na defesa da região, o espaço político para as oligarquias nordestinas que perdem cada vez mais espaço[13]. Postura como essa de Gilberto Freyre representa uma forte resistência das classes dominantes nordestinas, em aceitarem a hegemonia da burguesia industrial do Centro Sul.

A integração econômica nacional agravou a questão nordestina. As regiões foram forçadas a competir entre si, e, dessa forma, as mais dinâmicas forçaram as menos dinâmicas a saírem do mercado ou se modernizarem combinando, do modo que fosse possível, elementos modernos com atrasados.

O desenvolvimento desigual das diferentes regiões, com a concentração do dinamismo industrial no Centro-sul, de um lado, e a combinação entre elementos capitalistas e atrasados, gerando o atraso nordestino de outro, não passou despercebido. Em função disso, ao longo da década de 1950, se abriu um grande debate sobre a questão nordestina.

Três fatores foram fundamentais para a discussão: o primeiro deles é, sem dúvida, o aspecto climático e as recorrentes "secas" enfrentadas pelo Nordeste, que chamam atenção desde o século XIX, e produziu as primeiras experiências de intervenção estatal em favor da região, que acabou por se tornar uma "indústria da seca", devido à apropriação, para uso econômico e político, dos recursos emergenciais de socorro, dos açudes "públicos" construídos em propriedades privadas, etc. com claros benefícios às classes localmente dominantes (HIRSCHMAN, 1963).

O segundo elemento, fruto da contradição do processo de acumulação do capital no Brasil pós 1930, foi a divulgação das contas nacionais evidenciando a concentração de investimentos públicos em infraestrutura e indústria pesada no Centro-sul, principalmente em São Paulo, com claro favorecimento da burguesia industrial dessa região, em detrimento das demais regiões (CANO, 2007).

Por fim, o acirramento da luta de classes, no Nordeste, através dos conflitos encabeçados pelas Ligas Camponesas. As péssimas condições de vida dos camponeses – rendeiro ou foreiro, parceiro, meeiro, posseiro, vaqueiro – e trabalhadores rurais e a concentração fundiária foi motivação mais do que o suficiente para esse acirramento.

O que aconteceu no Engenho da Galiléia é um exemplo emblemático, a Sociedade Agrícola e Pecuarista dos Plantadores de Pernambuco, que mais tarde passou a ser chamada de Liga Camponesa da Galileia, a princípio tinha o objetivo de fundar uma escola primária e

[13] Um estudo mais elaborado sobre a análise numa perspectiva gramsciana do Movimento Regionalista e também da Geração Literária de 30 (segunda geração modernista) apresentado no 40º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS 2016 (SANTOS, 2016).

criar um fundo para comprar caixões de madeira destinados às crianças que morriam em grande número. O estatuto da Sociedade menciona outros objetivos, de maneira marginal, como aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental de assistência técnica, etc.

Diante da iniciativa, o proprietário querendo acabar com o "comunismo" instalado em suas terras tomou imediata providência para impedir o funcionamento da escola, querendo extinguir a associação e até ameaçando de despejo os associados. Como apresenta Francisco Julião (2009), os camponeses resistiram, e essa resistência estimulou outros grupos, e a ideia se difundiu em várias partes do Nordeste e do Brasil, ameaçando a ordem social vigente.

O movimento se espalhou, e com ela a reação dos grandes proprietários, seja através da cooptação ou através da violência, como intimidação, ameaça, prisão de lideranças, e assassinato dessas lideranças (AUED, 2012). É um exemplo ilustrativo o caso do assassinato de João Pedro Teixeira da Liga Camponesa de Sapé – PB, que está muito bem apresentado no documentário de Eduardo Coutinho, "Cabra Marcado para Morrer"[14] que começou a ser filmado em 1962, mas impedido pelo Golpe de 1964, só foi concluído em 1986.

Sobre a situação geral de vida dos camponeses nordestinos no início da década de 1960 é interessante assistir o curta de documentário produzido pela TV estadunidense ABC, de nome "*The Troubled Land*"[15], que apresenta as ligas camponesas com preocupação, considerando a memória recente da Revolução Cubana de 1959.

Esse cenário propiciou a junção em um mesmo caldeirão, a burguesia industrial do Nordeste e a do Centro-sul interessada em se expandir para aquela região, com as forças da esquerda, representados pelas Ligas Camponesas (na figura emblemática de Francisco Julião), o Partido Comunista do Brasil (PCB), setores progressistas da Igreja Católica, representada por Dom Hélder Câmara e Dom Eugênio Sales e um conjunto de padres que atuaram na linha de frente do sindicalismo rural; todos unidos em ataque aos interesses dos grandes latifundiários.

Esse caldeirão é bem representado pelo Congresso de Salvação do Nordeste, que aconteceu em agosto de 1955 na cidade do Recife - PE. O congresso foi convocado pelas personalidades e organizações mais "progressistas" de Pernambuco e reuniu amplos setores

[14] CABRA marcado para Morrer. Direção de Eduardo Coutinho. Brasil: 1984. (1h55min). Disponível em: <https://youtu.be/VJ0rKjLlR0c>. Acesso em: 16. fev. 2017.

[15] THE TROUBLED Land. Produção e direção de Helen Jean Rogers. Coordenação de William Starkey. EUA: American Broadcasting Company, 1964. (25min), preto e branco. Disponível em: <https://youtu.be/6zTxCBlY7uE>. Acesso em 02 Abr. 2016.

sociais dos Estados nordestinos. Estiveram presentes cerca de 2 mil pessoas, incluindo parlamentares, representantes da indústria, do comércio, dos sindicatos de trabalhadores urbanos, das universidades, dos grêmios estudantis, de profissionais liberais, e também das Ligas Camponesas (MORAES, 2012).

Na cidade de Campina Grande - PB, em maio do ano seguinte, aconteceu o primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste, impulsionado por Dom Hélder Câmara, que contou com a participação do, então, presidente Juscelino Kubitschek. Entre outras coisas, as discussões giraram em torno de planejamento e investimento para o desenvolvimento regional, crédito rural, eletrificação para o Nordeste e outros temas. Muitas dessas discussões serviram de base para os eventos que aconteceram a seguir.

No Brasil, o principal representante das ideias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) era Celso Furtado que produziu um importante documento de interpretação teórica sobre as desigualdades regionais no Brasil destacando os problemas e "perspectivas de solução" para o desenvolvimento da região Nordeste – *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (conhecido como relatório do GTDN), a partir daí o desenvolvimento econômico tornou-se um tema central na agenda do governo para o Nordeste.

O relatório do GTDN apresentava elementos como a baixa renda *per capita* do Nordeste em 1956, que, convertida adequadamente a taxa de câmbio, não chegava 100 dólares, ou seja, umas das mais baixas do ocidente, sendo apenas um terço da renda *per capita* encontrada no Centro-sul. O Nordeste possuía uma quantidade muito menor de terra por homem ocupado em trabalhos agrícolas, uma quantidade bem inferior de capital investido na agricultura e um grau muito menor de capitalização das indústrias: essas constatações levaram o grupo a duas conclusões básicas, escassez relativa do fator terra e menor acumulação de capital (BRASIL, 1967).

Esse relatório, após um esforço detalhado de apontar a natureza e extensão dos problemas nordestinos, apresentou como solução para as disparidades entre as regiões do Brasil:

> a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
> b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
> c) transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente aos impactos da seca; e

> d) descolamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condição de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida (BRASIL, 1967, p. 14).

Essa proposta, que se tornou a política oficial para o setor industrial nordestino com o triplo objetivo de dar emprego à população, criar uma classe dirigente nova e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que tinham tendência a migrar em busca de maior lucratividade.

A partir das discussões levantadas por esse documento e as mobilizações das, chamadas, "forças progressistas", que congregavam diversas forças, como as Ligas Camponesas, setores progressistas da Igreja Católica, o PCB (com sua estratégia de frente popular), foi a de conciliação de classes em torno do apoio político à criação da SUDENE. Essa Autarquia privilegiava o planejamento econômico e a industrialização como elementos direcionadores da nascente política de desenvolvimento regional. A criação da SUDENE representou o esforço de implantação das ideias desenvolvimentistas no Nordeste.

Esse conjunto de ideias desenvolvimentista e de desenvolvimento regional, no âmbito da luta inter-burguesa, é na verdade de interesse direto da burguesia industrial, nesse sentido a proposta de levar o "progresso ao Nordeste", atende muito mais os interesses do capital produtivo do Centro-sul, com claro interesse em se expandir para a Região. A proposta foi recebida com forte desconfiança pelos parlamentares nordestinos, representantes dos grandes proprietários de terra, e foi aprovada devido à força política dos representantes da burguesia industrial.

O Senador Argemiro de Figueiredo, representante dos interesses dos grandes proprietários do interior nordestino, nos anos de 1961 e 1962, fez pelo menos 13 discursos do contra a SUDENE de diversas formas, com a principal prerrogativa de que a fórmula anterior de "água e irrigação" seria a solução do problema nordestino (MENESES, 2016). O que demonstra mais uma vez a relutância de as classes dominantes nordestinas em aceitarem a hegemonia da burguesia do Centro-sul.

Uma classe, ou fração de classe, torna-se ideologicamente dominante quando consegue, aos olhos do conjunto da população, fazer com que seus interesses particulares sejam confundidos com os interesses gerais da sociedade, como aconteceu capital industrial, que fortaleceu ainda mais sua hegemonia, se expandindo para além do Centro-sul, durante o chamado período desenvolvimentista. A SUDENE representa a "coroação" da hegemonia da burguesia industrial do Centro-sul sobre os grandes proprietários nordestinos.

Avaliando esse período de forte ebulição das Ligas Camponesas, se avistava no horizonte a possibilidade de uma revolução, mesmo Celso Furtado (2013) que estava preocupado pela manutenção da ordem, mas inteligente o bastante para observar e se preocupar com a luta de classes, podia ver. No seu livro "A pré-revolução brasileira", de 1962, pretendia debater com estudantes, operários, empresários, intelectuais, e até com os camponeses sobre a possibilidade de uma Revolução, se colocando numa posição defensiva em relação aos grupos revolucionários.

Entendemos que o insucesso das chamadas "forças progressistas", deve ser buscado justamente no fato de terem sido hegemonizadas pelo pensamento desenvolvimentista, isto é, pela burguesia industrial. Ao contrário da união dos subalternos, proposto por Gramsci, o potencial e a revolta dos Camponeses do Nordeste foi alvo de disputa entre as Ligas Camponesas de Francisco Julião, e os Sindicatos Rurais disputados pelo PCB[16] e pela ala progressista da Igreja contra o anacronismo da estrutura agrária brasileira. Todos se uniram, sem independência de classe em relação às frações burguesas, e apontavam as classes dominantes do Nordeste como barreira para o desenvolvimento. Em alternativa à uma Revolução profunda, Celso Furtado propunha uma saída por dentro do sistema capitalista, todos esses grupos das "forças progressistas" abraçaram essa proposta, com maior relutância por parte das Ligas Camponesas.

No mesmo livro, Furtado, também demonstra receio sobre a possibilidade de um golpe vindo pela direita como forma de reação a toda essa efervescência que se manifesta em terras nordestinas. O que de fato aconteceu, qualquer aspiração reformista foi barradas pelo Golpe de 1964, foram abandonando pelo caminho as "forças progressistas", mencionadas, e modernização que aconteceu no Brasil foi sem reformas, conservando a estrutura fundiária e as relações sociais de produção no campo.

[16] O stalinista PCB defendia uma reforma agrária pela via parlamentar, em consonância com sua estratégia da luta pela etapa democrática da Revolução, através da tática de Frente Popular, em aliança com setores "progressistas" da Burguesia, inclusive. É emblemático os acontecimentos do I Congresso Camponês Nacional, que aconteceu em novembro em Belo Horizonte-MG, como aponta Morais (2012), houve um grande choque entre a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) dirigida pelo PCB, e os Camponeses das Ligas (Entre os 1,4 mil delegados do congresso, 215 eram das Ligas Camponesas, a maioria em farrapos e de aspecto faminto). O choque político e ideológico da Ultab e das Ligas foi inevitável. Enquanto a Ultab propunha teses sofisticadas a respeito de uma reforma agrária, modernas teses de reforma de leis de arrendamento rural e de extensão da política salarial e de segurança social urbana às massas rurais, os camponeses não queriam saber como se realizava uma reforma agrária, desejavam discutir a maneira de impor imediatamente a reforma agrária radical, a bandeira da reforma agrária radical, na lei ou na marra, saída dos camponeses das Ligas, contagiou todos os delegados.

Depois do golpe, qualquer divergência entre as classes dominantes tornou-se marginal, as oligarquias rurais que desempenharam papel importante para a derrubada de João Goulart e dar o golpe, se contentaram com a dissolução das Ligas Camponesas e a prisão e o assassinato de dirigentes camponeses mais influentes.

4 Considerações Finais

Mostrou-se bastante válida a comparação entre a questão meridional italiana, com a questão nordestina brasileira, as categorias gramscianas se mostraram importantes para entender o movimento de disputa política e econômica das frações burguesas pela construção de hegemonia do bloco desenvolvimentista.

O conceito de revolução passiva é, particularmente, útil para compreender a formação dos Estados na periferia do capitalismo, como o Brasil, que aconteceu desprovido de participação popular, pelo alto, e dentro da ordem. No Brasil, com sua longa história de golpes, vê-se que o povo foi apartado das decisões democráticas, mesmo na limitadíssima democracia burguesa que se desenvolveu neste país.

O "bloco desenvolvimentista" que hegemonizou o Estado Brasileiro pós 1930, a contragosto das oligarquias nordestinas, incorporou, entre fins da década de 1950 e início de 1960, as forças progressistas em torno do projeto da SUDENE, no Nordeste contra as classes dominantes no Nordeste. Mas as forças em ebulição das classes subalternas, que apesar dos problemas de organização, ameaçavam a ordem social vigente, e por isso foram vítima de um golpe reacionário, que esmagou até as aspirações reformistas, como as propostas por Celso Furtado.

O apoio das classes subalternas foi hegemonizado por uma fração burguesa dita "progressista", e usada para inverter a relação de força com os grandes proprietários nordestinos. Desse modo, a lição para as classes subalternas, que se pode tirar desse processo histórico é que os grupos sociais subalternos devem unir-se em torno de sua emancipação, desconfiando de toda política de conciliação com a burguesia pela forma de frente popular. O resultado, com se viu, pode ser uma reestruturação conservadora do bloco, com as forças populares sendo esmagadas pelos governos militares.

5 Referências

ALIAGA, Luciana. A questão meridional: Os intelectuais e a conservação da ordem nos escritos pré-carcerários. *In*: VIII Colóquio Marx Engels, 2015, Campinas. **Anais Eletrônicos...** Campinas:UNICAMP, 2015a. Disponível em

<https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Luciana%20Aliaga%209958.pdf>. Acesso em: 23 Jan. 2018.

_____. Revolução Passiva e desenvolvimento: a análise gramsciana sobre o processo de modernização do Estado na periferia do capitalismo. In: Congresso Latinoamericano de Ciência Política - ALACIP, 8., 2015. Lima. **Anais Eletrônicos...** Lima: Pontifícia Universidade Católica do Peru, 2015b. Disponível em <http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wp-content/uploads/2014/12/Revolu%C3%A7%C3%A3o-Passiva-e-desenvolvimento-artigo1.pdf>. Acesso em: 23 Jan. 2018.

ANDRADE, Manoel Correia de. Uma visão autêntica do Nordeste. In: FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil [recurso eletrônico]. São Paulo: Global, 2013. Formato: ePub. Paginação irregular.

AUED, Bernardete Wrublevski. Nos Caminhos da Cisão [1986] *In.* STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. 2ª Edição. Recife: 1967.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930 - 1970**. São Paulo: UNESP, 2007.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a Emancipação do Subalterno. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba. n. 29, p. 63-78, nov. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n29/a06n29.pdf>. Acesso em: 23 Jan. 2018.

FERNANDES, Florestan. A "Revolução Brasileira" e os Intelectuais [1964]. In: **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a. p. 164-177.

_____. Anotações Sobre o Capitalismo Agrário e Mudança Social no Brasil. In: **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b. p.178-206.

_____. O Desenvolvimento como Problema Nacional [1967]. *In.* **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975c, p. 149-163.

_____. O que é Revolução. In. FERNANDES, Florestan; PRADO JR. Caio, **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FURTADO, Celso. Reflexões sobre a pré-revolução brasileira [1962]. In. D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). **Celso Furtado Essencial** [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Formato: ePub. Paginação irregular.

GRAMSCI, Antonio. Alguns Temas da Questão Meridional. In: **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. p. 135-165.

_____. **Cadernos do Cárcere – Vol. 1**: Introdução ao estudo de filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

_____. **Cadernos do Cárcere – Vol. 2**: Os Intelectuais. Os princípios educativos. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere – Vol. 3**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Cadernos do Cárcere – Vol. 5**: O Risorgimento. Notas Sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

_____. Carta sobre a fundação de L'Unità. In: **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. p. 83-86.

_____. Clérigos e Agrários. In:. **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c. p. 65-67.

_____. O Sul e a Guerra. In*:* **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987d. p. 61-64.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica no Nordeste**. Recife: Massangana, 1989.

HIRSCHMAN, Albert Otto. Os Problemas do Nordeste Brasileiro. In: **Política Econômica na América latina**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1963.

JULIÃO, Francisco. Que São Ligas Camponesas?. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas – Vol. 1. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 271-297.

MENESES, Valdênio Freitas. Um "Macartismo hidráulico" contra a Sudene: notas sobre a disputa entre o senador Argemiro de Figueiredo e Celso Furtado (1959-1963). **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.83-102, jul.-dez. 2016. Disponível em <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/5/pdf_1>> Acesso em: 23 Jan. 2018.

MORAIS, Clodomir Santos. História das Ligas Camponesas do Brasil [1969] In: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Laurindo Mékie. A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado. **Topoi**, n. 18, p. 48-66, jan.-jun. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v10n18/2237-101X-topoi-10-18-00048.pdf>> Acesso em: 23 Jan. 2018.

PRADO, JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. e Antonio Gramsci: uma relação inexistente?. **Revista Outubro**. n. 26, p. 79-89. Disponível em <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/07/04_Bernardo-Ricupero.pdf>> Acesso em: 23 Jan. 2018.

SANTOS, Nivalter Aires dos. Movimento Regionalista e Geração Literária de 30: Uma Análise Gramsciana. In. 40 ANPOCS, 2016, Caxambu. **Anais Eletrônicos**… Caxambu, ANPOCS, 2016. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st02-8/10530-movimento-regionalista-e-geracao-literaria-de-30-uma-analise-gramsciana/file>. Acesso em: 23 Jan. 2018.

Recebido em fevereiro de 2018
Aprovado em junho de 2018